

CAMPANHA SALARIAL - DESO

Em assembleia, categoria aprova contraproposta com ressalvas

No último sábado, dia 09/01, foi realizada, na sede do SINDISAN, a Assembleia Geral Extraordinária que avaliou a segunda contraproposta enviada pela DESO no dia 06/01.

A assembleia contou com a presença de muitos companheiros e companheiras, com destaque, principalmente, para a boa quantidade de representação de trabalhadores do interior.

A nova contraproposta da DESO veio com todas as retificações feitas, na assembleia anterior, pela categoria e negociadas pelo Sindicato, com correção de algumas cláusulas, principalmente econômicas; como também, indicando o índice de correção dos salários em 10,33% (correspondente ao acumulado do INPC dos últimos 12 meses, tendo como referência a data-base da categoria, que é novembro).

Contemplou, também, a supressão do parágrafo que deixou de fora os companheiros de 70 anos da Cláusula de Incentivo à Aposentadoria.

RESULTADO

A assembleia deliberou pela aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho de 2015/2016, colocando uma ressalva na Cláusula Vigésima Sétima, que diz que enquanto a DESO não implantar o Turno Corrido, esta dará, em rubrica separada, um percentual de 27% a título de indenização.

É preciso compreender que, diante da conjuntura política e econômica vivida pelo país e pelo Estado, e as dificuldades enfrentada pelos demais servidores públicos, consideramos que houve avanços. Não os que o Sindicato e a categoria desejavam, mas o que foi possível para o atual momento.

Ainda estaremos negociando com a direção da DESO a Cláusula Vigésima Sétima. Então, é possível que ainda se consiga garantir mais alguns direitos para os trabalhadores. Importante salientar que conseguimos esses pequenos, porém importantes e significativos avanços sem precisar lançar mão de uma greve. **A luta continuará!**

COHIDRO

Por que tamanha desvalorização da Companhia?

Os trabalhadores da Cohidro estão em Campanha Salarial. A pauta da categoria já foi entregue à direção da Companhia no final do ano passado, mas, até agora, o Sindicato não recebeu qualquer contraproposta para negociar.

Importante lembrar à direção da Cohidro que os seus quase 400 trabalhadores precisam de mais valorização, assim como a própria Companhia precisa voltar a ser prioridade para este Governo. E não é o que estamos assistindo. Pelo contrário, a cada dia que passa fica cada vez mais claro o descaso do Governo para com a Cohidro e seus funcionários e o desmonte da empresa, que é estratégica para o Estado.

Convém lembrar que, graças ao trabalho da Cohidro, que tem atuação em todos os municípios, Sergipe é o estado que, proporcionalmente, detém a maior densidade de poços perfurados por quilômetro quadrado do Brasil, com cerca de 4 mil poços tubulares que disponibilizam, em média, 12,5 mil litros/hora de água de boa qualidade em locais onde não existe adutoras da DESO, beneficiando cerca de 200 mil pessoas.

E graças também ao trabalho executado pela Cohidro, os perímetros irrigados administrados pela Companhia produziram mais de 100 toneladas de alimentos, gerando uma receita aos pequenos produtores de mais de R\$ 100 milhões (dados de 2014), ajudando a manter o custo da cesta básica acessível à população sergipana.

Como uma empresa estratégica como esta, em tempos de escassez de recursos hídricos e de secas por todo o país, pode ser tratada com tamanho descaso pelo Governo e os seus funcionários estarem passando por um total quadro de desvalorização e desmotivação? Há tempo ainda para reverter este quadro. Basta o Governo querer.



▲ Assembleia contou com participação de um bom número de trabalhadores da DESO

O PREÇO DA PRIVATIZAÇÃO

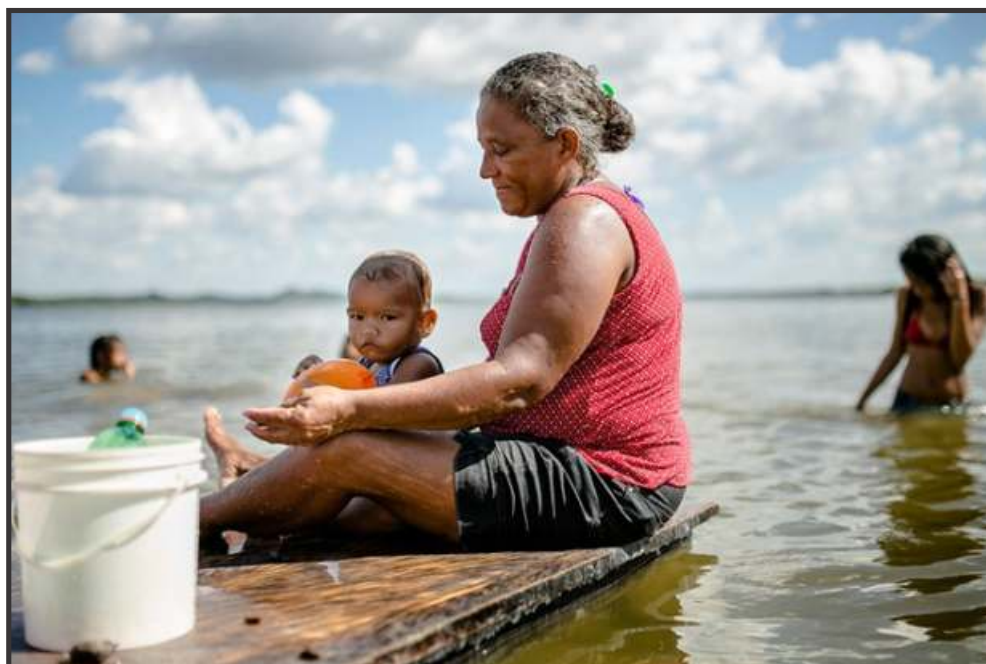
Onde a água é abundante, mas falta

No sudeste do Pará, a privatização da água pela Odebrecht caiu pesado nas contas das famílias de dez municípios. A escolha é pagar a conta ou cortar na alimentação das crianças e usar o rio como alternativa

A água, tão central na cultura amazônica, tem se transformado em um bem caro e até mesmo perigoso em São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, no sudeste do Pará. O líquido que chega às torneiras das casas está sob a responsabilidade da Odebrecht Ambiental (investigada na Operação Lava Jato), que detém as concessões do serviço de abastecimento nas três cidades e em outros sete municípios paraenses. Moradores de baixa renda, que precisam do Bolsa Família para sobreviver, têm sentido dificuldade para pagar as contas todo mês. Também existem reclamações de que a empresa usa cloro em excesso no tratamento, o que traz mal-estar às crianças.

Alguns pais enfrentam o dilema entre deixar as contas em dia ou manter a família, o que pode resultar em cortes até na alimentação. Há moradores que viram a fatura alcançar metade do orçamento, chegando a valores próximos de R\$ 200. Nos três municípios, 4.107 pessoas vivem com até um quarto do salário mínimo por mês (o equivalente a R\$ 197), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A saída é gerenciar a economia doméstica, em uma eterna corda bamba, que onera sobretudo as crianças.

Muitos recorrem a fontes alternativas de água, como poços artesanais e rios da região, que podem estar contaminados. Isso expõe as crianças ao risco de ter diarreia e doenças como febre tifoide, hepatite A e parasitoses. “A tarifa da água aperta demais o orçamento. Muitas vezes tive que deixar de comprar coisas para as meninas, como comida ou material de escola. Houve meses em que tive que pedir dinheiro para a minha sogra para colocar comida na mesa”, afirma a dona de casa Ana Carolina Dias Palone, de Xinguara, que tem duas filhas, de 5 e 7 anos. “Muitas vezes tenho que deixar uma conta pendente para o próximo mês, para dar tempo de sobrar um dinheirinho e conseguir comprar o que elas precisam comer.”



▲ Com valor alto da conta em São Geraldo, população utiliza o rio para lavar louças e roupas

Os valores das tarifas de água foram definidos pelas prefeituras e pelas empresas nos contratos de concessão. Os moradores, principais afetados pela mudança, tiveram oportunidades restritas de participar da definição dos preços. “Não há no Pará uma agência reguladora que discuta com a prefeitura e com a população os valores. Eu, daqui, tenho que garantir que minha empresa continue funcionando. Somos uma companhia privada e visamos ao lucro. Não adianta ser hipócrita”, diz uma das engenheiras da empresa, que teve a identidade preservada.

Cada município atendido pela Odebrecht Ambiental possui obrigações específicas, descritas no respectivo plano de água e esgoto. “A região amazônica tem minério, terra, água. Tudo isso. As empresas vêm com a intenção de se apropriar da água e do bem público. A lógica da Odebrecht é mercantilizar a água, torná-la mercadoria”, afirma Cristiano Medina, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens

(MAB). A empresa ressaltou, via assessoria de imprensa, que, pelo modelo de concessão adotado nos municípios paraenses, assume a operação sob supervisão da prefeitura e deve assegurar investimentos e prestação de serviços. Após 30 anos, as benfeitorias implantadas ficarão com os municípios.

Empresas públicas e privadas de saneamento têm as mesmas obrigações, previstas nos planos diretores das cidades onde atuam. “A diferença principal é que as empresas privadas veem na água uma forma de obter lucro, enquanto as estatais têm o objetivo de desenvolver a região e prestar um serviço de saúde. Assim, uma empresa estatal pode reduzir as tarifas ou subsidiar regiões pobres sem aumentar os preços para as outras pessoas. Já a empresa privada terá que cobrar mais caro de alguém para garantir seu lucro”, exemplifica o diretor regional do Sindicato dos Urbanitários do Pará, Otávio Barbosa.

[+] Leia mais: <http://migre.me/sFpnl>